

ORIENTAÇÃO SEXUAL: SOB O VIÉS DA TRANSVERSALIDADE

Leonardo Davi Gomes de Castro Oliveira¹

RESUMO

A sexualidade é um “dispositivo histórico”, visto que, é uma invenção social. A Organização Mundial de Saúde define sexualidade como: uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônima de coito, esta influencia pensamento, sentimentos, ações e integrações e, portanto a saúde física e mental. Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo descritivo e exploratório realizado em escolas públicas da rede estadual de ensino da cidade de Teresina-PI cujo objetivo principal foi verificar como tem sido trabalhado o ensino da orientação sexual nestas escolas, bem como o papel do professor diante do ensino de tal assunto, e se o mesmo é trabalhado transversalmente. Os sujeitos da pesquisa foram coordenadores/orientadores educacionais e professores. As entrevistas foram realizadas com 4 (quatro) orientadores educacionais/pedagogos, e 6 (seis) professores de ciências da 7^a.série do ensino fundamental, aos demais professores (5^a. a 8^a) foram aplicados questionários. Os achados revelam que não existe um trabalho sistemático sobre orientação sexual em nenhuma escola investigada, o tema é trabalhado apenas de forma assistemática e ocorre esporadicamente nas escolas quando algum grupo universitário, fora da comunidade escolar, como alunos de enfermagem, medicina odontologia ou psicologia vão apresentar trabalhos/palestras em relação ao tema. Observa-se ainda que os professores ou tem pouco conhecimento ou não tem conhecimento em relação às Diretrizes propostas pelos Parâmetros Curriculares sobre o tema: orientação sexual, o que não possibilita um trabalho transversal na escola.

Palavras-chave: Sexualidade. Orientação Sexual. Temas Transversais. Escolas Públicas.

1.0 INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma característica inerente do ser humano e está presente na vida desde o nascimento até a morte, ela reflete o contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido e se desenvolve.

Segundo Foucault:

A sexualidade é um “dispositivo histórico”, visto que, é uma invenção social, uma vez que, se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, normatizam que instauram

¹ Graduado em Letras Inglês e em Psicologia Pela UESPI. Especialista em Docência do Ensino Superior e em Língua Inglesa e Literatura pela mesma instituição. Professor da SEDUC/PI, Faculdade CET <http://lattes.cnpq.br/8462544089215006>

saberes, que produzem “verdades”. Sua definição e dispositivo sugere a direção abrangência de nosso olhar. (FOUCAULT 1982, p. 15)

A vivência da sexualidade está diretamente relacionada à forma pela qual os valores e as práticas sociais são percebidos e incorporados pelos sujeitos, refletindo as diferentes culturas que existem em nossa sociedade. Desta forma, as culturas instauram a forma de se viver a sexualidade, ditando o que seja certo ou errado, normatizando, assim, tal prática.

No processo de desenvolvimento humano percebe-se que mesmo a criança tem sua sexualidade, embora há muito tempo isso tenha sido negado. Com Freud a sociedade do século XIX descobre que em todas as fases do desenvolvimento expressamos uma forma de sexualidade, e que mesmo o bebê era capaz de desfrutar dela, isso causou um impacto grande para época, uma vez que na Primeira Infância as crianças eram consideradas assexuadas.

Durante a adolescência, fase de “amadurecendo”, com as descobertas do prazer sexual, é nesse período compreendido entre os 12 e os 20 anos de idade, constata-se considerável vulnerabilidade dos jovens às doenças sexualmente transmissíveis, principalmente por ser uma fase da vida repleta de transformações. Nesta etapa elas se descobrem sexualmente e buscam diferentes formas de prazer. A busca de si mesmo e da sua identidade, o sentimento de onipotência, o mito da imunidade, o desejo de experimentação e da aventura, são características que podem tornar o adolescente mais susceptível.

Percebe-se, que as famílias não se sentem à vontade para abordar tal tema, talvez por ainda carregarem aspectos Vitorianos, período em que a sociedade européia vivia uma grande repressão sexual (FOUCAULT, 1997). Talvez, por isso, ela tenha transferido essa tarefa para a escola, esta por sua vez não se encontra preparada para assumir tal responsabilidade, embora o ministério da educação inclua este assunto nos parâmetros curriculares nacionais como um tema transversal.

Os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação sexual. Estes temas fazem parte da realidade social cotidiana e sua compreensão traz benefícios para todos. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) recomenda, portanto, que sejam incorporados à prática educacional de uma maneira que vá além da educação formal.

Desta forma, o tema orientação sexual deve ser abordado de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extra programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1997).

A inclusão da sexualidade humana como um dos temas transversais denota a importância que o discurso, a concepção e a interpretação da sexualidade assumiram em nossa época e cultura.

Neste trabalho foi utilizado o conceito de Silva & Nunes (1999) sobre a orientação sexual que preconiza como “um conjunto de informações, habilidades e competências institucionalmente dispostos para a ação educativa perante a sexualidade e suas manifestações”. A orientação é aqui entendida como uma intervenção subsidiária e orgânica ao processo de subjetivação das escolhas e formações da identidade sexual e personalidade. Deve ser produzida pela escola ou por um conjunto de instituições sociais qualificadas, como processo de informação para a ampla formação dos papéis e vivências da sexualidade de cada educando e pessoa.

A abordagem da sexualidade no âmbito da educação deve ser clara, e tratada de forma simples e direta, no entanto deve ser ampla, para não reduzir sua complexidade, flexível, para permitir o atendimento aos conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar a aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvidas em 4 (quatro) escolas públicas estaduais do ensino fundamental (3º e 4º ciclos), todas elas pertencentes à Região Administrativa Centro da cidade de Teresina-PI. Participaram da pesquisa coordenadores/orientadores educacionais, docentes e discentes e foi realizada durante o primeiro semestre de 2007. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores/orientadores educacional e professores de ciências da 7.ª série do ensino fundamental. Aos demais professores de 5ª a 8.ª foram aplicados questionários.

2.0 A SEXUALIDADE ENQUANTO PROCESSO HISTÓRICO

Diversos autores estudaram e ainda estudam o estabelecimento da sexualidade como fato explícito na sociedade. De acordo com Foucault (1997) até o século XVII ainda vigorava uma franqueza sexual a respeito das coisas sexuais— uma ingenuidade—, pois as práticas sexuais não eram escondidas, às crianças eram permitidas brincadeiras sexuais sem parcimônia, e eram até estimuladas.

Ariès (1981) nos mostra que a sociedade europeia do século XI ao XIX, não existia alusão às crianças, esta tinha um período de desenvolvimento muito curto, e quando já apresentava os seus primeiros desembaraços físicos passava a conviver com os adultos. De acordo com esta mesma autora, a criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

A família é a precursora dos costumes sexuais de seu grupo. É ela a responsável pelos valores sexuais preconizados como ideais para o seu momento. A liberdade de se comportar sexualmente diante da criança, era fruto de uma sociedade que não reconhecia a criança como diferente do adulto, nem como ser passível de direitos, portanto não devia ser respeitada.

Independentes da condição social as crianças compartilhavam de festas, orgias, como se ali não estivessem. Era comum o uso de linguagem sexualizada, como também de toques corporais na criança, como a manipulação dos seus órgãos sexuais. Ao menino isto era mais concedido, encontrando-se pouca alusão à menina (ARIÈS, 1981).

Durante o século XVI, até os sete anos de idade, a criança conviveria com os mais velhos e, somente a partir desta idade, já era considerada púbere e, assim, deveria ser separada dos adultos. Isto de acordo com Ariès (1981) acontecia por duas razões:

Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse. (1981, p.132)

No século XVII, a liberdade com relação às brincadeiras sexuais desaparece e, assim, as crianças deveriam ser separadas dos mais velhos, representando um movimento inicial de valorização da infância. A escola ganha destaque nesta separação das crianças dos mais velhos. É nesta instituição que as crianças serão educadas, passando por um período em que não ficarão expostas à sexualidade adulta e que será ultrapassado assim que estiverem crescidas. Neste período na escola, uma disciplina rigorosa era imposta, sendo reforçada por chicotes, castigos corporais com uso da palmatória, vigilância constante etc. Este comportamento do adulto com a criança reforçava-se na noção de franqueza da infância e o sentimento de responsabilidade moral dos mestres (ARIÈS, 1981).

Com o advento da sociedade burguesa do século XVIII fora reservado um lugar especial e de destaque. A escola e a família tiveram importância nesta separação. Esta última também sofre transformações. De acordo com Ariès, (1981) o sentimento de família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XVI-XVII, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVIII.

A família burguesa acaba introduzindo a necessidade de se postergar a satisfação sexual, confiscando para o casal o direito de exercer a sexualidade. Assim:

A família a confisca e absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, ditam a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo no espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1997, p.9-10)

Com novas regras e cerimônias, instala-se agora um modelo padrão e idealizado de sexualidade: aquela que só é permitida para a reprodução e se assim não o for, será reprimida e, se expressa, penalizada. Instaura-se a repressão. Segundo Chauí isso acontecia às crianças porque:

Um dos aspectos profundos da repressão está justamente em não admitir a sexualidade infantil e não genital. Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso de nossa sociedade, pela ciência também. (1984, p.77)

Esta repressão sexual foi também amplamente discutida por Foucault. Para ele, isso ocorre muito mais pelo problema das relações entre o poder e o sexo. Poder aqui entendido como aquele que domina e comanda as relações sociais vigentes, e isso vem acontecendo desde os primórdios da civilização humana. Ele também analisa alguns aspectos que são importantes para esta análise da repressão sexual: a relação negativa; a instância das regras; o ciclo da interdição; a lógica da censura e a unidade do dispositivo (FOUCAULT, 1997).

Para Meirelles (1997) o conceito de repressão sexual deve ser re-enquadrado, não significando somente a anulação do desejo, do prazer, como também um poder punitivo sobre o corpo ou a alma, mas:

Sim um componente subordinado a uma educação transformadora, que respeitasse hierarquias e estágios de desenvolvimento da energia sexual, que trouxesse limites, que reconhecesse a existência de polaridades e lidasse dialeticamente com esta; enfim, que não estabelecesse conotações negativas ou positivas. Sob esse novo enfoque, a repressão faria parte do processo de cidadania e desenvolvimento do ser humano, e estaria submetida a esses mesmos princípios. (1997, p.77)

Vista assim, a repressão sexual atende ao momento histórico-cultural a que está submetida. Que ela existe disto não se tem dúvidas, e constata-se que há a necessidade de se

mantê-la, com a finalidade de se preservar os padrões exigidos como perfeitos para se conviver em sociedade.

Ainda longe de se afirmar que a aceitação da sexualidade exista, ela talvez seja uma das áreas do comportamento humano que sofreram maiores mudanças nos últimos tempos. Estas mudanças são visíveis ou não, conforme o padrão cultural de cada momento histórico, confirmando que, a identidade e o comportamento sexual são moldados pela sociedade. É impossível falar em sexualidade, deixando de lado a herança cultural que recebemos de nossos antepassados. O que era considerado “normal” para a expressão da sexualidade, hoje pode não o ser.

3.0 ABORDAGEM DA SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO

Segundo Gregersen (1982), o sexo começou, na humanidade, como uma adaptação biológica, mas em todas as culturas humanas tornou-se um ponto focal para códigos sociais e morais, bem como gerando temas que passam através da religião e da arte.

É importante fazer uma distinção entre as palavras sexo, sexualidade e gênero. As duas primeiras são freqüentemente utilizadas como sinônimos. Segundo Guimarães (1995), o sexo é relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre o homem e a mulher, e da atração de um pelo outro, para a reprodução. No mundo moderno, o significado dominante do termo passa a ser ‘fazer sexo’, referindo-se às relações físicas para o prazer sexual. No senso comum é: ‘relação sexual’, ‘orgasmo’, ‘órgão genital’, ‘pênis’. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais). O sexo passa a ser utilizado como uma distinção entre macho e fêmea, é uma distinção biológica.

Segundo Costa (1990), a sexualidade é o conjunto de todos os caracteres morfológicos, internos e externos que os indivíduos apresentam, conforme o sexo que pertence, assim, a sexualidade tem grande relevância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independente da potencialidade reprodutiva e relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos.

Para Foucault (1997) a sexualidade se constrói não apenas no biológico, mas principalmente no imaginário: a sexualidade se coloca não apenas no palpável, mas sim no discurso que sustenta o palpável, na ideologia subjacente aos padrões de ‘normalidade’ imposto na convivência social.

Para se referir ao papel social atribuído a uma pessoa baseada em seu sexo aparente e/ou em outros fatores contingentes utiliza-se o termo gênero.

Através das feministas anglo-saxãs que *gender* (gênero) passa a ser usado como distinto de *sex* (sexo). Visando rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” No gênero, a prática social se dirige aos corpos. (LOURO,1997, p21)

Segundo Felipe (1999) o conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para se contrapor à idéia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres, empreendendo desta forma, uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos. Tal determinismo serviu muitas vezes para justificar as desigualdades entre ambos, a partir de suas diferenças físicas. O que importa, na perspectiva das relações de gênero, é discutir os processos de construção ou formação histórica, lingüística e social, instituídas na formação de mulheres e homens, meninas e meninos.

Desta forma podemos entender o gênero como um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo. As características de gênero são construções sócio-culturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” ou “feminino”.

É crucial manter uma relação não causal e não redutiva entre gênero e sexualidade. Devido ao fato de a homofobia operar muitas vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, ou falho, é o que se chama os homens gays de femininos ou se chama as mulheres lésbicas de masculinas (LOURO, 1997).

3.1 Orientação sexual *versus* educação sexual.

Alguns autores descrevem que há na literatura um debate a respeito de qual termo seria mais adequada: educação ou orientação sexual.

É importante fazer uma distinção entre orientação sexual e educação sexual. Existem algumas definições para estes termos, no entanto não há uma padronização para as suas utilizações.

Figueiró (1995) aponta a diversidade dos termos encontrados: educação sexual, orientação sexual, informação sexual, que são utilizados como sinônimos, diferenciados e,

indiferenciados, depois confundidos. Segundo o Guia de Orientação Sexual (Suplicy e cols. 2005) a educação sexual é aquela que inclui todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia, ou seja, não necessita de uma sistematização, é um processo informal.

Para Valladares (2000) o termo orientação sexual se diferencia de educação sexual, uma vez que esta última diz respeito à experiência pessoal, ao conjunto de valores assimilados pela pessoa, através da família, do ambiente social, dos meios de comunicação e de tantos outros canais de informação.

Vitiello (1995), ao focar a educação sexual como sendo um processo, afirma que este ocorre ao longo da vida e é voltado para a formação de atitudes ligadas à maneira de viver a sexualidade. Afirma que esse processo passa pela informação e orientação, mas que é muito mais amplo, pois significa formar, dando ao educando condições para que cresça interiormente.

Segundo Valladares (2000) quando nos referimos à Orientação Sexual estamos referindo ao processo formal e sistematizado que pode e deve ocorrer dentro de instituições. Constitui-se de uma proposta objetiva de intervenção por parte dos educadores.

O Guia de Orientação Sexual traz a seguinte definição:

O termo Orientação Sexual quando utilizado na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemático na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. Pressupõe o fornecimento de informações sobre sexualidade e a organização de um espaço de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais (1994, p. 8).

Podemos resumir, portanto, que a educação sexual é um processo amplo e informal, enquanto que a orientação sexual, é um processo de instrução e informação, por isso, é um processo formal de educação (MAIA, 2001; RIBEIRO, 1990; SAYÃO, 1997; SUPPLICY, 1994).

Ribeiro (1990) nos mostra que, além da escola, qualquer instituição pode desenvolver projetos de Orientação Sexual: Orfanatos, creches, comunidades, associações de bairro e sindicatos são espaços a serem conquistados para desenvolver programas de Orientação Sexual.

4.0 DESCREVENDO OS DADOS

4.1 Sexo e sexualidade

Os dados analisados através da aplicação das entrevistas e questionários nos revelam que como o tema sexualidade é abordado através do conteúdo programático das escolas. O tema sexo só é abordado sistematicamente na sétima série, quando é formalmente um conteúdo presente nos livros didáticos da disciplina de ciências, fazendo parte da grade curricular. Contudo apenas os aspectos anatômicos e fisiológicos são enfocados, com ênfase no aparelho reprodutor masculino e feminino. Este enfoque é limitado, pois a sexualidade não se resume a genitalidade, à gravidez ou às DSTs. O aprofundamento do tema fica a critério do professor.

Observou-se, contudo, que os professores se encontram despreparados para abordar tais assuntos, outros não tem conhecimento a respeito até do que seja sexualidade. Estudos revelam que a escola e também a família se mostram pouco preparados para abordar questões das manifestações sexuais de crianças e adolescentes (SILVA, 1997). A orientação sexual dentro da escola articula-se como um processo de promoção da saúde, e esta deve ser promovida de forma duradoura (NICOLLI, 2001).

Segundo Rosa (2001) a orientação sexual, nos moldes em que está sendo proposto nas escolas está mais relacionado aos programas de saúde com ênfase aos lados biológico e higienista e isto reflete no despreparo dos educadores frente a essa temática, não apresentando informações que são realmente necessárias aos jovens.

4.2 Orientação sexual e transversalidade, um caminho a percorrer

Observou-se neste trabalho que 65% dos demais professores² abordam aos temas sobre orientação sexual e que 75% deles se acham preparados. Estes a maioria disseram abordarem temas como DSTs, gravidez na adolescência, menstruação, uso de preservativos. Enquanto que a maioria dos professores de ciências informou que não conhecem ou tem pouco conhecimento a respeito das recomendações dos PCNs sobre orientação sexual enquanto tema transversal.

2- Foram aplicados questionários com os demais professores de 5.^a à 8.^a para verificar se existe um trabalho interdisciplinar a respeito do tema orientação sexual

O conjunto de temas elencados como transversais, que deveriam perpassar e fundamentar um contraste orgânico com as diversas áreas do conhecimento e as diferentes disciplinas curriculares, básicas e tradicionais é formado por seis temas: a ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, os estudos econômicos, a saúde e a orientação sexual. Estes temas passaram a fundamentar uma nova concepção de currículo e de ordenação sistêmica dos conteúdos e finalidades da escola.

Ao considerar a proposta dos PCNs, ela deveria ser trabalhada transversalmente. Entretanto, na prática, isso se demonstrava de difícil implementação e essa proposta aparecia muito mais como um ideal, como aquilo que deveria ser feito, do que concretamente no dia-a-dia escolar.

Observa-se que esses temas transversais não são bem trabalhados na escola, e em especial o tema sobre orientação sexual. Embora a amostra de professores que responderam a um questionário a respeito de usar o tema orientação sexual como um tema transversal mostrarem que 65% dos mesmos abordam questões sobre orientação sexual e que 75% deles se acham preparados para abordar o tema. Estes a maioria disseram abordarem temas como DSTs, gravidez na adolescência, menstruação, uso de preservativos, ou seja, são temas que embora estejam relacionados a sexualidade, são muito restritos, uma vez que a sexualidade não se resume a DST, gravidez indesejada ela engloba um amplo aspecto.

De acordo com trabalhos de Valladares (2002) em Niterói –RJ percebe-se que os professores também tem pouco conhecimento sobre os PCNs. A maior parte dos professores entrevistados demonstra ter pouco conhecimento sobre as diretrizes propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. E mesmo aqueles ligados à área de Ciências acreditam estar trabalhando Orientação Sexual por darem na sétima série aulas sobre sistemas do corpo humano (sistema reprodutor masculino e feminino).

Estes professores acabam repetindo aquilo que era desenvolvido na década de 70, quando se trabalhava temas relacionados à sexualidade em Programas de Saúde. Notemos aqui a nítida dificuldade destes profissionais em alterar um *habitus* instituído, corroborando a perspectiva de Bourdieu, que afirma a dificuldade de se alterar práticas instituídas.

Para Bourdieu (2004), o *habitus* se define pela tendência dos sujeitos à reprodução. O *habitus* seria a mediação entre o agente social e a sociedade, se exprime desta forma, necessariamente no interior de um ciclo de reprodução.

A proposta da orientação sexual como um tema transversal (BRASIL, 1997) caracteriza-se por trabalhar o esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão e a ressignificação das informações, emoções e valores recebidos e vividos no

decorrer da história de cada um, que tantas vezes prejudicam o desenvolvimento de suas potencialidades. Ressalta-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos dessa sexualidade.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, o trabalho de orientação sexual realizados nas escolas que fizeram parte da pesquisa esta longe de alcançar a proposta estabelecida pelo Parâmetros Curriculares Nacionais. Nossa realidade denota pouca informação do corpo docente, os mesmo não possuem leituras a respeito destas referencias, e não sabem como abordar no cotidiano temas ligados a sexualidade.

A sexualidade engloba um conjunto de fatores, como fisiológicos, antropológicos, sociais, culturais, no entanto quando estes professores pensam em está fazendo uma orientação sexual enfocando os conteúdos dos livros, eles estão informando os alunos a respeito da fisiologia.

A orientação sexual é um processo educacional, deve ocorrer de forma sistemática e continuamente, para que possa haver aprendizagem dos alunos. Se este ocorre esporadicamente não trará efeitos em modificar posturas errôneas de comportamentos relacionados à sexualidade. É necessário que o aluno construa um repertório de habilidades sociais relacionadas à sexualidade, que são desde informações a respeito do uso de preservativos, como informações a respeito do que seja paixão, amor, e que este repertório comportamental seja condizente com a sua cultura.

Abordar a sexualidade na escola é trabalhar o processo de prevenção e promoção de saúde. O conhecimento do corpo e de informações em relação ao sexo pode prevenir doenças, como também a gravidez indesejada. O processo de orientação no âmbito escolar não pode e nem deve substituir o processo de educação sexual promovida pela família, à escola vai servir como um espaço sistematizado de reflexão e informações a respeito da sexualidade, complementado a educação promovida pela família.

Percebe-se que existe pouco uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois este não é usado como guia de informação a respeito do tema orientação sexual. Os temas transversais

são uma proposta interessante. No entanto não saber como abordar ou não abordar tais temas pode prejudicar o trabalho educacional escolar.

É importante que sejam tomadas ações mais efetivas (A secretaria de educação deveria promover cursos de formação continuada para os professores a respeito dos temas transversais, a incorporação de um trabalho sistemático que englobe todos os temas transversais na escola) em relação para se trabalhar não só o tema orientação sexual, mas todos os temas no âmbito escola, uma vez que o conhecimento dos mesmos pode contribuir para a formação dos adolescentes. Os temas transversais, em especial a orientação sexual, são elementos promotor de saúde e formador de cidadania, estes devem fazer parte do cotidiano escolar. Trabalhar a orientação sexual não implica em ensinar a sexualidade, mas sim dar condições para o desenvolvimento pessoal da mesma, promovendo o bem está bio-psico-social do aluno.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R.da Silveira– São Paulo: Brasiliense, 2004

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental-Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa desconhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FELIPE, Jane . **Gênero e sexualidade nas Pedagogias Culturais: implicações para a Educação Infantil**. In: 22º Reunião Anual da ANPED, 1999, Caxambu - MG. Anais da 22º Reunião Anual da ANPED, 1999. p. 235.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: UEL, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: à vontade de saber**. Vol. I, 13ª.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Vol. II, 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. São Paulo: Roca, 1982.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** Petrópolis, RJ: Vozes 1997

MAIA, A.C.B Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.7, n.1, 2001 b.

MEIRELLES, João Alfredo Boni de. Os Ets e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997. p.71-86.

NICOLLI, Aline Andréia. **Educação da Sexualidade para o século XXI: concepções, proposições e ações escolares**. Xanxerê: Imprimax, 2001.

NUNES, C. & SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas: Autores Associados, 1999.

NUNES, César & SILVA, Edna Sexualidade e Educação, Elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In LOMBARDI, José Claudinei. **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais / José Claudinei Lombardi (org.), 2ª ed.** – Campinas, SP: UnC 1999 p.161-175.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. (Coord). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1997. p. 97-106.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Coord). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1997. p. 107-118.

SILVA, Cenira Ribeiro. Possibilidades e limitações da escola pública como agente de educação sexual. **Revista Brasileira de sexualidade Humana**, v.08, n.3 pag 209-225, jul./dez. 1997

SUPLICY, M. et al Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, **Novas idéias: novas conquistas**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

SUPLICY, M. et al. O trabalho de orientação sexual: objetivos e valores. In: SUPLICY, M. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia**. Tradução Joyce Kacelnik. 6 ed. São

Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. p. 7- 11. Título original: Guidelines for comprehensive sexuality education, kindergarten – 12th grade.

VALLADARES, Kátia. **Orientação Sexual na Escola**. Rio de Janeiro: Quartet 2000.

VALLADARES, Kátia Krepsky. **Sexualidade: professor que cala... nem sempre consente**. 2002. 107f Dissertação (Mestrado em educação)– Centro de estudos sociais, Universidade Federal Fluminense, 2002.

VITIELLO, N.A **educação sexual necessária**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.